



Rio de Janeiro, 15 de maio de 2003.

Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff
M. D. Ministra de Estado de Minas e Energia
Ministério das Minas e Energia
Brasília – DF

Ass.: Rodadas de Licitações das Bacias Sedimentares Brasileiras

Ref.: Carta AEPET-014/03, de 17/03/03
Ofício 700/2003/MME

Senhora Ministra,

Tendo a AEPET enviado a V.Exa. a carta acima referenciada, onde manifestamos nossa grande preocupação com a anunciada realização da 5ª Rodada de Licitações das Bacias Sedimentares Brasileiras, surpreendentemente, decorridos quase dois meses, recebemos o ofício acima referido, expedido pela Secretária de Petróleo e Gás deste Ministério, com um conteúdo genérico e evasivo, evitando o tema central de nossas preocupações.

A resposta, eivada de academicismo reapresenta a argumentação desenvolvida pelo Sr. David Zylberzstajn, ex-diretor-geral da ANP, quando tentava iludir o povo brasileiro com argumentos improcedentes do tipo: *“se não vierem investimentos externos, haverá necessidade de aumentar a importação em 2010”*. Descartando a hipótese de má fé, julgamos injustificado que uma funcionária de carreira da Petrobrás adote este tipo de tergiversações.

O essencial é que a sociedade brasileira não tem conhecimento da política e da estratégia para o setor petróleo, decorridos quase seis anos de criação do CNPE, que é atualmente presidido, por atribuição legal, por V. Exa. Enquanto não houver definição o aodamento da agência reguladora deve ser contido; caso contrário, perderemos completamente o controle das reservas brasileiras de petróleo.

O fundamental da questão é: as licitações levam à entrega do petróleo brasileiro para corporações transnacionais. **De nada nos adiantará descobrir reservas se a Lei nº. 9.478/97 dá a essas empresas a propriedade do petróleo (art. 26) e o direito de exportá-lo (art. 60).**

Em breve - graças aos esforços da Petrobrás - atingiremos a auto-suficiência, fato que tornará inócua a garantia legal de prioridade ao abastecimento doméstico. Num ambiente de pleno suprimento da demanda interna, que desculpa haverá para impedir a exportação do petróleo oriundo de novas reservas descobertas? Mesmo assim, não há perspectiva de que tenhamos reservas que sustentem exportação de petróleo!

Agravando nossas preocupações, tomamos conhecimento através da imprensa, de afirmativas do diretor-geral da ANP de que precisa antecipar a 6ª Rodada de Licitações para “leiloar” as áreas promissoras que a Petrobrás devolverá, presumivelmente, em agosto vindouro. E mais: nomeou para comandar as licitações o sr. Milton Franke que, ao se aposentar da Petrobrás, foi trabalhar para a Shell, elaborando documentos propugnando a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo. Segundo ele, só no primeiro ano, recebeu cerca de US\$ 60 mil. Escreveu um livro denominado *“Nem Deus é Brasileiro nem o Petróleo é Nosso”* patrocinado pela Shell e fornecido aos parlamentares para induzi-los a votar pela quebra do monopólio. A Petrobrás chegou a impedir o acesso do senhor Franke às suas dependências,

**AEPET****ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS****3 de outubro de 2003 – Petrobrás 50 anos
uma história brasileira de sucesso**

por passar segredos da Companhia para empresas concorrentes. Em decorrência, a Petrobrás vem impedindo que seus aposentados freqüentem suas bibliotecas.

A questão é grave. Estranhamos que um governo democrático e popular, eleito com a bandeira da mudança, ao qual V. Exa. se integra, ainda não tenha assumido plenamente as atribuições de formular a Política Brasileira de Petróleo.

Aproveitamos a oportunidade para, ao mesmo tempo em que solicitamos audiência de V.Exa., colocarmo-nos ao seu inteiro dispor para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aguardamos informações mais consistentes.

Atenciosamente,

Fernando Leite Siqueira - Presidente
Associação dos Engenheiros da Petrobrás